

O POVO SE CONVERTE EM MULTIDÃO: AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E SEUS EFEITOS DE SENTIDO

THE PEOPLE BECOME A CROWD: THE DAYS OF JUNE 2013 AND THEIR EFFECTS OF MEANING

Mailson Fernandes Cabral de Souza*

Resumo:

Os protestos ocorridos no Brasil, em junho de 2013, marcam, na história recente do país, a recusa a uma conjuntura política e uma tentativa de renovação na forma de se fazer política. Neles, difundiram-se discursos contra o aumento de passagens de ônibus, de rejeição aos partidos políticos e de combate à corrupção. As diferentes posições que se enlaçam nesse cenário contrastam com a polarização advinda da campanha presidencial de 2014 e do agravamento da crise político-econômica que acirraram as disputas entre esquerda e direita. Apesar disso, as fronteiras dessa polarização não são rígidas, sobretudo se observarmos os protestos de 2013 e como elas põem em circulação os discursos por reforma política. Partindo do arcabouço teórico metodológico da Análise do Discurso francesa, temos por objetivo analisar como o enunciado “O povo acordou!”, que circulou nas manifestações de junho de 2013 e congrega diferentes posições ideológicas a partir do mesmo acontecimento discursivo.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Multidão; Acontecimento Discursivo.

Abstract:

The protests that occurred in Brazil in June 2013 mark in the country's recent history the rejection of a political conjuncture and an attempt to renew the way of doing politics. In them, discourses were made against the increase of bus passes, rejection of political parties and the fight against corruption.. The different positions in this scenario contrast with the polarization of the 2014 presidential campaign and the aggravation of the political-economic crisis that has aggravated dispute between left and right. Despite this, the boundaries of this polarization are not rigid, especially if we look at the protests of 2013 and how they put the discourses for political reform into circulation. Starting from the theoretical methodological framework of the French Discourse Analysis, we have as objective to analyze how the statement "The people woke up!", that circulated in the demonstrations of June of 2013, brings together different ideological positions from the same discursive event.

Keywords: Discourse Analysis; Crowd; Discursive Event.

Introdução

* Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Atualmente é colaborador e membro do Observatório Transdisciplinar das Religiões no Recife, localizado na UNICAP. Tem experiência na área de pesquisa em Ciências da Religião e Análise do Discurso de linha francesa.

Para a compreensão das formas de polarização política que seguem em curso no Brasil – no discurso de militâncias de esquerda e antipetistas, partidos políticos e dos grandes veículos midiáticos – e que circulam, sobretudo, nas redes sociais, é importante considerar um acontecimento que insiste em ser esquecido, seja pela negação da sua relevância por esses atores, seja pela velocidade e o excesso de informações que transbordam na internet. É necessário dar um passo para trás, ou melhor, voltar-se para a escuta de algumas palavras de ordem, gritos de guerra e canções que se espalharam pelos protestos ocorridos no Brasil em junho 2013. Em seu começo, as mobilizações foram articuladas pelo Movimento Passe Livre, na cidade de São Paulo, contra o aumento da tarifa de ônibus, mas que, posteriormente, tomaram proporções que foram muito além do que o próprio movimento esperava. Naqueles dias, movimentaram-se nas ruas dos grandes centros urbanos do país, grupos das mais diferentes faixas etárias e classes sociais, organizando-se e fazendo seus atos convocatórios e pautas por meio das redes sociais.

No início daquele mês, quem imaginaria que ele iria terminar marcado pelas maiores manifestações populares desde o final da ditadura militar no Brasil? Importantes veículos de comunicação, como o Estadão, chegaram a pedir maior vigor policial na contenção dos protestos. No entanto, a repressão policial produziu um efeito reverso, havendo maior adesão popular aos protestos, disseminando-os por todos os estados (ORTELLADO, 2015). As manifestações deram voz as mais diversas reivindicações políticas. Acontecimento profundamente opaco esse que levou sujeitos que vestiam a camisa do Brasil e *Black Blocs* a dividirem uma mesma passeata.

Extenso é o arquivo que se forma a partir de junho 2013 com os anedotários dos cartazes, vídeos, *posts* no Facebook, depoimentos, coberturas jornalísticas etc., que se desdobra há cinco anos em torno desse acontecimento. Múltiplos são os saberes que se debruçam em sua análise (Sociologia, Filosofia, História, Ciência Política, Linguística, etc.), produzindo diferentes gestos de interpretação.

Dentre os diferentes caminhos para adentrar nesse arquivo, tomamos o da Análise do Discurso de linha francesa, caminho esse que busca entender como a língua se inscreve na história para significar. A fim de entender os efeitos dessa relação na

conjuntura dos protestos de junho, tomaremos como objeto-tema um enunciado que circulou nas manifestações, repetindo-se sob diferentes formas. Trata-se do enunciado “O povo acordou!”, que circulou pelos protestos nas principais capitais do país. Nele, posicionamentos ideológicos heterogêneos convergiam nos discursos que reclamavam por reforma política.

Para cumprir esse propósito, este artigo se estabelecerá em cinco movimentos. No primeiro, apresentaremos a Análise do Discurso e seus principais conceitos. No segundo, mostraremos como a noção de povo é produzida nas sociedades modernas, fundando-se na oposição do par semântico pessoa/coisa (PÊCHEUX, 2016b) e como a multidão, conceito que rompe com essa oposição (NEGRI, 2004; 2014), faz-se presente nas manifestações. No terceiro, descreveremos os procedimentos metodológicos adotados para a análise. No quarto, partindo da análise das condições de produção em que eclodem as manifestações, mostraremos como o enunciado “O povo acordou!”, configura-se em um acontecimento discursivo, inaugurando outra forma de se dizer a/na política e a possibilidade de que uma nova rede de dizeres venha emergir na prática política. Por fim, a partir da análise realizada, faremos um encaminhamento sobre os sentidos de resistência que se inscrevem em junho de 2013.

1. Os sentidos em movimento: a Análise do Discurso de linha francesa

Surgida na França, no final da década de 1960, e tendo como seu fundador e principal expoente Michel Pêcheux, a Análise do Discurso (doravante AD) é uma disciplina que tem como seu objeto de estudo o discurso. O discurso estabelece, na AD, um espaço teórico em que convergem questões referentes à língua, a história e o sujeito, sendo o discurso definido como o efeito das filiações sócio-históricas de identificação dos sujeitos e dos sentidos, e do trabalho de deslocamento dessas filiações (PÊCHEUX, 1997):

[...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 1997, p. 56).

Sob esse viés, o discurso é um processo social cuja materialidade é linguística e permite a observação das relações entre ideologia e língua, assim como língua e história se afetam mutuamente na produção de sentidos (FERREIRA, 2003). A AD procura analisar os vínculos entre um discurso e as condições de produção (CP) que tornaram possível que ele produzisse determinados efeitos de sentido em detrimento de outros. As CP designam o domínio de constituição dos sentidos dos discursos, visto que os sentidos não dependem unicamente das palavras, porém tem relação com as condições socio-históricas em que são produzidos: “Podemos considerar as condições em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2001, p. 30). Sob essa perspectiva, é possível entender como funcionam os discursos e os efeitos da história e da ideologia neles marcados, a despeito da sua não evidência, uma vez que a linguagem não é tomada como neutra ou transparente, porém marcada pela manifestação ideológica (ORLANDI, 2001).

Cumprе assinalar que a ideologia não é concebida nessa disciplina como ocultação da realidade ou visão de mundo, porém como modo de funcionamento imaginário da relação entre linguagem e mundo. Pela ideologia, os indivíduos são interpelados em sujeitos do seu discurso (ORLANDI, 2001). É ela que fornece as evidências do caráter material do sentido na medida em que faz com que uma palavra ou enunciado queiram dizer o que realmente dizem e ocultam, sob a impressão de transparência da linguagem, a materialidade do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2014). Sob esse viés, os sentidos de um discurso não existem em si mesmo, mas estão inscritos nas posições ideológicas que estão em concorrência no processo sócio-histórico em que ele é produzido.

[...] as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (PÊCHEUX, 2014, p. 146-147 [grifos do autor]).

Por sua vez, o que irá regular o que é possível de ser dito em uma dada conjuntura são as formações discursivas (FD), inscrevendo-se nelas todos os dizeres

possíveis de serem enunciados pelos sujeitos. A noção de FD é definida por Pêcheux (2014) nos seguintes termos:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 2014, p. 147).

Desse modo, um discurso tem seus sentidos inscritos na FD na qual é produzido, sendo ela a sua matriz de sentido. Apesar disso, uma FD não constitui um domínio de significação fechado, porém heterogêneo em relação a si próprio. As FDs são dotadas de fronteiras porosas, uma vez que elas são regionalizações do interdiscurso, que se constituem como espaço de troca entre as FDs, sendo elas sempre atravessadas pelos saberes de outras FDs (INDURSKY, 2011). Assim, o conceito de interdiscurso irá designar o conjunto das FDs e determinar a reconfiguração das FDs nas quais se constroem, em paralelo com as CP, a perspectiva do dizível para a discursividade:

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é o efeito interdiscursivo: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas palavras” (ORLANDI, 2001, p. 33-34).

Em síntese, os dizeres que são capazes de serem enunciados pelo sujeito em uma dada conjuntura são disponibilizados pelo interdiscurso. Uma vez que as palavras significam na língua e na história, há um já-dito que sustenta a possibilidade de todo dizer. Nesse contexto, para Orlandi (2010, p. 64), a memória passa a ser compreendida como o interdiscurso. “A memória – o interdiscurso, como definimos na análise de discurso – é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui elo já-dito que possibilita todo dizer”. Dito de outra forma, o interdiscurso é a memória afetada pelo esquecimento, sendo esse esquecimento estruturante para a possibilidade do enunciável. Por meio da memória, fala uma voz sem nome (ORLANDI, 2001).

Um evento que produz uma agitação nas redes de filiações sócio-históricas de identificação dos sujeitos e dos sentidos é o acontecimento discursivo. O acontecimento se dá “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1997, p. 17). Ele evoca um espaço de memória e o reorganiza discursivamente, dando-lhe forma e figura. Ele remete “a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente [...] e profundamente opaco” (PÊCHEUX, 1997, p. 19-20). Por meio dele, desenrola-se uma circulação-confronto de formulações por meio do jogo metafórico em torno do enunciado, sobredeterminando o acontecimento e sublinhando a sua equívocidade:

[...] a lei da série do legível é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento [...] mas o acontecimento discursivo, provocando uma interrupção, pode desmanchar essa regularização e produzir respectivamente uma série sob a primeira, desmanchar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim produto o produto do acontecimento; no caso, *o acontecimento desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.* (PÊCHEUX, 2010, p. 52 [grifos meus]).

O acontecimento discursivo pode ser entendido como o elemento desencadeador de um processo de significação, uma vez que desloca e desregula o espaço da memória, permitindo a irrupção de uma nova discursividade. No entanto, como ressalta Pêcheux (2010), há uma fragilidade no processo de inscrição do acontecimento na memória, podendo ele tanto escapar a essa inscrição como ser absorvido pela memória, como se não tivesse ocorrido. O acontecimento se caracteriza, sobretudo, como um espaço da equívocidade que é constitutiva do discurso, isto é, o jogo de diferenças, alterações e contradições que são próprios da língua, a instância material dos processos discursivos (PÊCHEUX, 1997).

2. “Povo” ou “Multidão”?

Segundo Pêcheux (2016b), a oposição do par semântico pessoa/coisa atravessa o pensamento moderno sob diferentes formas: na esfera jurídica, pela oposição entre contrato e propriedade; filosófica, pela distinção entre sujeito e objeto; moral pela

distinção entre intencional e não intencional. Tais oposições, aplicadas em nosso cotidiano sem problemas, não possuem a mesma evidência quando se trata da política das massas. Tomar essas disjunções como evidentes seria perder de vista a natureza ideológica do discurso e do significado:

Falar de massas populares, de mudança política e de revolução, enfim, da história, em termos de pessoas e de coisas, de sujeitos e objetos, de intenções e do estado das coisas, como algo natural, como distinções transparentes que aparecem na linguagem sem qualquer ambiguidade, é desconsiderar totalmente a constituição essencialmente ideológica do discurso e do sentido. Lewis Carroll conseguiu descrever o mundo de Alice no País das Maravilhas com seus sorrisos sem gatos e suas personagens que encolhem, mas nenhum lógico poderia fazer o mesmo no País da Política (PÊCHEUX, 2016b, p. 252).

Compreendida discursivamente, a política tem os seus sentidos sempre divididos, sendo essa divisão determinada pelas relações de força que derivam da forma da sociedade na história, produzindo e colocando em circulação os sentidos. O que irá fazer com que um sentido se *cole* à um discurso em uma dada conjuntura, é o trabalho da ideologia sobre os sentidos e os sujeitos, designando, no discurso, “*o que é e o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como dispositivo de retomada do jogo” (PÊCHEUX, 2014, p. 146 [grifos do autor]).

Em razão disso, a distinção pessoa/coisa faz trabalhar uma homogeneidade que apaga as contradições e equívocos que são constituintes da linguagem, o que produz o efeito de que há um senso comum em política, isto é, de que os seus sentidos são unívocos, como se houvesse, por exemplo, fronteiras fixas entre discursos de direita e de esquerda.

Segundo Pêcheux (1997), essa necessidade por homogeneidade lógica em política funciona como um duplo indicativo: 1) de que nós, seres humanos, temos a necessidade de habitar um mundo semanticamente normal, tanto com o nosso corpo como com os nossos arredores imediatos e relações sociais, isto é, as filiações sócio-históricas de identificação dos sujeitos; 2) que essa homogeneidade ignora que o equívoco, a falta e as contradições são inerentes em nossas vidas práticas frente às inúmeras urgências do cotidiano.

Nesse sentido, Pêcheux (2016b) argumenta que ao pensar os conflitos ideológicos, o par pessoa/coisa é inadequado, visto que a noção de luta de classes não se aplica a essa disjunção, pois a luta de classes, por meio das contradições que lhe atravessam, organiza e estrutura o discurso sem produzir uma síntese:

Afastamo-nos da transparência da distinção entre pessoa e coisa, sujeito e objeto, intenção e não intenção, precisamente porque a história, e mais especificamente a luta de classes, não é nem uma pessoa nem uma coisa. As contradições da luta de classes atravessam e organizam o discurso sem nunca serem claramente resolvidas (PÊCHEUX, 2016b, p. 272).

Sob essa ótica, o conceito de luta de classes, quando pensado em relação com a linguagem, corresponde a uma disputa por significação: “uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital por cada uma das duas classes sociais opostas que têm se confrontado ao longo da história” (PÊCHEUX, 2016b, p. 273).

Nesse contexto, o conceito de multidão, formulado pelo filósofo Antonio Negri, também oferece uma crítica pertinente à noção de povo e seus correlatos (massa e plebe). Para Negri (2004), a noção de povo cria uma falsa unidade pelos dispositivos de sujeição do poder e do Estado, em que os indivíduos não possuem singularidade. No termo povo, as diferenças são apagadas por uma unidade formatada, enquanto na multidão o uno é submetido à produção constante da diferença:

O povo é sempre representado como unidade, ao passo que a multidão não é representável, ela apresenta sua face monstruosa vis-à-vis os racionalismos teleológicos e transcendentais da modernidade. Ao contrário do conceito de povo, o conceito de multidão é de uma multiplicidade singular, um universal concreto (NEGRI, 2004, p. 17).

A multidão é compreendida, desse modo, como um conjunto de singularidades que é não representável pelo vetor pessoa/objeto, porém um ator social ativo que é, simultaneamente, sujeito e produto da prática coletiva. Por meio do realce das diferenças, esse conceito abre espaço para o múltiplo e contraditório nas lutas sociais, estabelecendo categorias que rompem com a disjunção operada pelo pensamento moderno na noção de povo. Sob esse princípio, é possível pensar como se articulam as políticas e revoltas hodiernas a partir da prática política da multidão.

Ao contrário da noção de povo/massa, empregada para designar uma forma social permeada de violência e perigosa, e em função disso manipulável, a multidão produz a sua auto-organização:

A multidão se organiza em torno dos eventos do momento, nos quais uma linguagem comum se expressa. Uma linguagem comum que nasce da indignação e do protesto, do cansaço de sempre se encontrar em situações que não têm saída. É exatamente como antes era com a classe operária. A multidão se organiza à base de paixões que caminham junto com a resistência e com tentativas de construções de uma perspectiva de uma nova via de solução dos problemas (NEGRI, 2014, [não paginado]).

Concebida como ator ativo de sua autoconstituição como corpo social de singularidades, a multidão não se situa nas categorias que marcam os mecanismos de controle de funcionamento para a acumulação capitalista, a saber, “a unidade do sujeito (povo), a forma de sua composição (contrato entre os indivíduos) e o regime de governo (monarquia, aristocracia e democracia, em forma isolada ou combinada)” (NEGRI, 2004, p. 18). Ela irá estabelecer a unidade na multiplicidade, sendo sujeito e produto da prática coletiva (NEGRI, 2004). Em síntese, são as lutas, os movimentos e os desejos de transformação que orientam a multidão e lhe dão corpo, que a constituem enquanto corpo, expressando a sua dupla potência: como conjunto e como singularidade¹.

3. Aspectos metodológicos da análise

Conforme nos aponta Orlandi (2001, p. 27), cada material analisado exige do analista, segundo as questões que ele formula, conceitos que não seriam mobilizados por outro analista em face das diferentes questões por ele propostas: “O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise”.

Nossa escolha pelo enunciado “O povo acordou!”, que circulou nos protestos de junho de 2013, deu-se por dois motivos: a) a relevância social e política que essas

¹ Negri (2004) desenvolve com mais detalhes o conceito de multidão como *multidão de corpos*. Para os propósitos de nossa análise, concentramo-nos na ruptura que o conceito de multidão realiza no par semântico pessoa/coisa.

manifestações marcaram na história recente do Brasil e pelo fato delas não partirem de partidos políticos e suas respectivas militâncias, mas da sociedade civil, não possuindo um líder ou hierarquias, porém organizando-se de forma horizontal; b) o enunciado circulou nos protestos em algumas das principais capitais do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Brasília, apontando que sua circulação se dá numa situação urbana – recorte geográfico que remete a pauta inicial dos protestos, a do transporte público nas grandes cidades e seu alto custo financeiro para a população.

Para a estruturação da análise, trabalharemos com a noção de materialidade discursiva. Segundo Pêcheux (2016a), uma materialidade discursiva se caracteriza como o “nível de existência sócio-histórica, que não é nem língua, nem literatura, nem mesmo as ‘mentalidades’ de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada” (PÊCHEUX, 2016a, p. 151-152). O conceito objetiva analisar os processos discursivos nos quais se inscrevem as práticas e os saberes progressivamente aparecidos no curso de uma determinada época. Em outros termos, ele procura responder a questão da produção discursiva do sentido de um enunciado por meio da descrição, operacionalização e delimitação das formas de existência histórica de uma discursividade. Isso, por sua vez, permite analisar os processos de construção de referência discursiva, isto é, como a língua se inscreve na história para significar, permitindo interrogar os processos de estruturação de referência discursiva de um enunciado em uma dada conjuntura.

Tomaremos como unidade de análise a materialidade discursiva do enunciado “O povo acordou!”, tal como atravessou o Brasil nas manifestações de junho de 2013, sendo registrado em vídeos, cartazes, blogs, redes sociais e sites de jornais que noticiavam o acontecimento. O nosso estudo se centrará não sobre esse conjunto de registros², mas sobre a materialidade do enunciado e as condições de produção que permitiram esse dizer emergir. Analisaremos o acontecimento discursivo produzido pelos protestos e os efeitos de sentido por eles postos em circulação-confronto. Nesse sentido, nosso trabalho tem como referência a análise feita por Pêcheux (1997) do

² As referências a esse material, quando necessárias, aparecerão em nota de rodapé na análise.

enunciado *On a gagné* [Ganhamos], que tomou a França em maio de 1981 com a vitória de François Mitterrand, do Partido Socialista Francês³, para presidência da república, em que o autor nos mostra como diferentes efeitos de sentido são produzidos e circulam por meio da materialidade do enunciado, sempre em formulações que sublinham a equivocidade do acontecimento. Em paralelo, trabalharemos com o conceito de multidão (NEGRI, 2014), a fim de compreender como diferentes posições ideológicas convergem em um mesmo enunciado, enlaçando-se por detrás da evidência de unidade e homogeneidade produzida pela noção de povo.

4. Análise: os sentidos nas ruas

São Paulo, 2 de junho de 2013: as passagens de ônibus municipais, dos trens urbanos e do metrô são reajustadas e passam de três reais para três reais e vinte centavos. Em decorrência do aumento da tarifa, três manifestações aconteceram na capital paulista nos dias 6, 7 e 11 daquele mês. Houve confronto entre policiais e manifestantes, resultando em vários feridos. Jornais da grande mídia brasileira, como O Estado de São Paulo, classificaram os protestos como atos de vandalismo, os manifestantes como baderneiros e pediam que a polícia agisse com maior rigor para contê-los (ESTADÃO, 2013a).

Em 13 de junho, as manifestações contra o aumento da tarifa do transporte público se espalharam por outras cidades no país, como Natal, Porto Alegre, Fortaleza, Teresina, Maceió, Rio de Janeiro e Sorocaba. Nesse mesmo dia, houve uma forte represália policial aos protestos em São Paulo, que resultou em muitos feridos, incluindo jornalistas que cobriam as passeatas. Mais de 100 pessoas são detidas para averiguação, muitas delas por portarem vinagre em suas mochilas, substância legalmente permitida no Brasil – e que, no contexto dos protestos, tinha por função proteger os manifestantes do efeito do gás lacrimogêneo utilizado por policiais (LOCATELLI, 2013). Em decorrência das ações violentas empregadas pela polícia e do

³ Mitterrand foi o primeiro presidente socialista da França e estabeleceu uma coalisão entre os partidos Socialista e Comunista franceses naquela eleição. Essa parceria, contudo, não durou muito tempo e o próprio governo se vê diante de grandes impasses econômicos e políticos.

aumento da adesão popular aos protestos, a grande mídia, gradualmente, deixa de adotar uma postura exclusivamente negativa em relação às manifestações:

Na narrativa estabelecida pelos meios de comunicação, os protestos só ganharam a opinião pública após a violência excessiva da polícia no dia 13 de junho e só se nacionalizaram e se massificaram quando incorporaram em primeiro plano outras pautas como o combate à corrupção. O aumento das passagens teria sido apenas uma faísca – uma faísca acidental (ORTELLADO, 2015, [não paginado]).

Se em suas duas primeiras semanas os protestos tinham como pauta a tarifa de transporte e se concentraram em São Paulo, nas semanas seguintes, o cenário se reconfigura, descentralizando-se. Entram em pauta a oposição às Propostas de Emenda Constitucional (PECs) 33 e 37⁴, e ao Projeto de Decreto Constitucional (PDC) 234/11 – que ficou conhecido como projeto da cura gay⁵; crítica aos gastos excessivos com a Copa das Confederações, em 2013, e com a Copa do Mundo de 2014⁶. Entre os dias 17 e 21 de junho diversos protestos aconteceram em todos os estados do Brasil, tendo o seu ápice no dia 20 de junho, quando foram registradas manifestações em 338 cidades com a presença de cerca de um milhão de manifestantes⁷ (ESTADÃO, 2013b).

Nessa conjuntura de repressão, violência e reivindicações por mudança política, um enunciado, dentre os muitos gritados como palavra de ordem, *pegou* nos protestos pelo Brasil: “O povo acordou!”. Isso pode ser observado nos registros gerados a partir

⁴ A PEC 33, de autoria do deputado Nazareno Fonteles (PT), tinha como propostas: alterar a quantidade mínima de votos de membros de tribunais para declaração de inconstitucionalidade de leis; condicionar o efeito vinculante de súmulas aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal à aprovação pelo Poder Legislativo; submeter ao Congresso Nacional a decisão sobre a inconstitucionalidade de Emendas à Constituição (BRASIL, 2011a). Já a PEC 37, de autoria do deputado Lourival Mendes (PT do B), propunha conceder poder exclusivo à polícia para realizar investigações criminais, retirando essa possibilidade do Ministério Público (BRASIL, 2011b). Atualmente, as duas propostas se encontram arquivadas.

⁵ O projeto, de autoria do deputado João Campos (PSDB), propunha suprimir uma resolução do Conselho Federal de Psicologia, de 1999, que proíbe os psicólogos de praticarem terapias para a alteração da orientação sexual de pacientes (BRASIL, 2011c). Atualmente, o projeto se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados.

⁶ Segundo Ortellado (2015), essas demandas foram amplificadas por influência da grande mídia, conforme ela mudou de posição em relação aos protestos e passou a agir ativamente apoiando a difusão das pautas das manifestações e tentando reorientar as suas linhas de forças.

⁷ Os números apresentados pelo Estadão foram fornecidos pela polícia militar de cada estado, com exceção de São Paulo, onde o levantamento foi feito pelo IBOPE. No entanto, essa contagem é controversa, pois é possível que o número de manifestantes tenha sido superior ao relatado em função da dimensão que as manifestações tomaram. O jornal O Globo (2014), por exemplo, menciona o quantitativo de cerca de um milhão e meio de pessoas no dia 20 de junho.

daqueles protestos como, por exemplo, os diversos vídeos feitos por manifestantes nas ruas⁸, os blogs⁹ que comentavam o acontecimento, nos sites de jornais de grande circulação¹⁰ e nas redes sociais, com especial destaque para o Facebook – que serviu tanto de convocatória como também espaço de expressão e apoio às manifestações. Abaixo, podemos observar alguns dos outros bordões que também circularam nas manifestações:

“O povo acordou!”
 “Vem pra rua, vem, contra o aumento”
 “Saia do sofá e venha protestar”
 “Sem vandalismo”
 “Olha que legal, o Brasil parou e nem é Carnaval”
 “Que coincidência, não tem polícia, não tem violência”
 “Brasil, ‘vamo’ acordar, o professor vale mais do que Neymar”
 (UOL, 2013, [não paginado]).

O enunciado “O povo acordou!”, de modo semelhante ao analisado por Pêcheux (1997) [*On a gagné*], faz trabalhar o acontecimento em seu contexto de atualidade e no espaço da memória que ele evoca ao mesmo tempo em que começa a reorganizá-la. Nesse espaço temos: a) no contexto nacional: protestos que tiveram como pauta a tarifa de ônibus como revolta do Buzu, em Salvador, 2003; revolta da catraca em Florianópolis, em 2004; a criação do Movimento passe Livre em 2005; b) no contexto

⁸ A produção audiovisual das manifestações é difusa, mas gostaríamos de remeter o leitor aos seguintes vídeos em que o enunciado “O povo acordou” aparece: na capital de São Paulo nos dias 13 e 17 de junho (<<https://www.youtube.com/watch?v=h1Rto266wh8>>, <<https://www.youtube.com/watch?v=NXCnxFxXJOE>>, <<https://www.youtube.com/watch?v=qsobMZXCFgE>>); na cidade do Rio de Janeiro – o dia específico não é mencionado na descrição do vídeo (<<https://www.youtube.com/watch?v=uv3aD5HiWPs>>), Belo Horizonte – o dia específico também não é mencionado na descrição do vídeo (<<https://www.youtube.com/watch?v=3HaXln3qgXk>>), Brasília, 17 de junho e 20 de junho – no primeiro vídeo o enunciado aparece como uma trilha sonora dos protestos daquele dia (<<https://www.youtube.com/watch?v=mO5viBPoqK8>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=4Ds5xpOws2s>>). Em Recife, é possível observar, no dia 20 de junho, o enunciado aparecer sob a fórmula “O Recife acordou!” (<<https://www.youtube.com/watch?v=6V1JGL5-d-A>>).

⁹ Remetemos o leitor às postagens nos seguintes blogs Negro Belchior e Favo do Mellone que trazem em suas chamadas o enunciado em análise: (<negrobelchior.cartacapital.com.br/17-de-junho-de-2013-o-dia-que-o-povo-acordou/>; <favodomellone.com.br/oh-oh-o-povo-acordou-oh-oh-o-povo-acordou/>).

¹⁰ Chamamos a atenção em especial para o Estadão e a Folha de São Paulo. Esta última publicou, em 24 de junho de 2013, uma lista com cerca de duzentos bordões que foram entoados durante as passeatas (<<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/06/1300497-veja-cerca-de-200-gritos-de-protesto-dos-manifestantes-em-sp.shtml>>).

internacional: manifestações que se propagaram ao redor do mundo clamando por mudança política como, por exemplo, a Primavera Árabe, no Oriente Médio, e no norte da África em 2010; Occupy Wall Street, nos Estados Unidos em 2011, Los Indignados, na Espanha em 2011¹¹.

O enunciado “O povo acordou!” remete a uma temática sócio-política, que diz respeito ao contexto brasileiro urbano, simultaneamente transparente (as pessoas vão às ruas expressar a sua insatisfação política) e profundamente opaco (a materialidade linguística do enunciado: o artigo definido, o sujeito do enunciado – um substantivo coletivo – e o verbo transitivo direto – com a ausência de complementos verbais para completar o seu sentido. Qual o objeto direto do verbo?). Dito em outros termos: que sentidos podem vir a se encaixar, isto é, significar no enunciado?

A ausência de complementos produz o efeito de opacidade do enunciado e o insere “em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc. – isto é, em uma série heterogênea de enunciados funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável” (PÊCHEUX, 1997, p. 23). Temos, assim, enunciados que também circularam sob as mesmas condições de produção, remetendo ao mesmo fato, mas construindo significações distintas:

O	Povo	acordou!
O	Gigante	acordou!
O	Brasil	acordou!
O	Recife	acordou!

Gigante, Brasil e Recife aparecerem, nas manifestações, como sinônimo para povo. No entanto, opera um deslocamento de sentido de povo para nação nesses termos por relação de sinonímia, remetendo à uma memória nacionalista, que idealizava a pátria, o povo e a natureza, isto é, a grandeza da nação¹² (CÂNDIDO,

¹¹ “Indubitavelmente montado nos ombros de movimentos de 2011-12, tais como as Primaveras Árabes, o Occupy Wall Street ou as acampadas espanholas, Junho foi singular vis-à-vis todos eles. Diferentemente da Primavera Árabe, Junho não se dedicou a derrubar um ditador; diferentemente do Occupy Wall Street, ele realmente causou um choque no establishment político, ao ponto em que muitos pensaram que todo o sistema político poderia desmoronar” (AVELAR, 2017, p. 142).

¹² Encontramos os primeiros registros discursivos desse ideário na literatura brasileira com o Arcadismo e o Romantismo, constituindo-se, para neste último, como um projeto de literatura nacional: “Com efeito, a literatura foi considerada parcela dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de

2000), que se cruza e se atualiza no acontecimento. Há também, sob as mesmas condições de produção, o aparecimento da palavra povo ora em gritos de guerra, “O povo acordou! O povo decidiu! Ou para a roubalheira ou paramos o Brasil!”, ora entoado como um coro de torcedores em uma partida de futebol – de forma semelhante ao enunciado *On a gagné*, analisado por Pêcheux (1997) – como se representasse o nome de um time pelo qual se torce, “Oh, oh, o povo acordou! Oh, oh, o povo acordou!”.

Assim, o jogo metafórico que se produz em torno do enunciado acentua o caráter equívoco que o sobredetermina. O acontecimento desregula o sentido da noção de povo do par semântico pessoa/coisa, que lhe fornece a sua estabilidade lógica como massa/objeto de manobra, e o desloca para um espaço de equivocidade, em que as contradições que atravessam os dizeres das manifestações organizam e estruturam o seu processo de significação. Sob essa conjuntura, perguntamo-nos: quem é o povo? De que, como e por que ele acorda?

4.1 O sujeito do enunciado: quem é o povo?

O povo: ponto de intersecção de diversas posições ideológicas, fundindo ideários nacionalistas, anarquistas e revolucionários na conjuntura dos protestos. Diante da equivocidade que lhe é dada no enunciado, o povo é múltiplo, não um conjunto de indivíduos sem singularidade. O povo irrompe em multidão, uma vez que a sua unidade submetida à produção incessante da diferença. A prática política da multidão se dá de forma horizontal, não advinda de partidos políticos e suas respectivas militâncias, nem possuindo um líder e hierarquias rígidas, porém criando a sua auto-organização, tal como se deu nas jornadas de junho. Nesse sentido, cumpre retomar os dizeres de Negri (2014):

contribuir para a grandeza da nação. Manteve-se durante todo o Romantismo este senso de dever patriótico, que levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso. Construir uma “literatura nacional” é afã, quase divisa, proclamada nos documentos do tempo até se tornar enfadonha” (CÂNDIDO, 2000, p. 12). Outra referência que pode ser feita, no campo propaganda, é a do comercial do whiskey Johnnie Walker, veiculada em 2011 e retomada em junho de 2013, que trazia um gigante de pedra despertando na cidade do Rio de Janeiro. No final da propaganda, enquanto o gigante segue caminhando, aparece o seguinte dizer: *o gigante não está mais dormindo*.

A multidão se organiza em torno dos eventos do momento, nos quais uma linguagem comum se expressa. Uma linguagem comum que nasce da indignação e do protesto, do cansaço de sempre se encontrar em situações que não têm saída. É exatamente como antes era com a classe operária. A multidão se organiza à base de paixões que caminham junto com a resistência e com tentativas de construções de uma perspectiva de uma nova via de solução dos problemas (NEGRI, 2014, [não paginado]).

Ora, junho de 2013 constitui e põe em circulação sentidos de indignação e protesto como também marca uma resistência aos mandos e desmandos do poder e do Estado. Em síntese, junho foi a tentativa de criação de uma nova linguagem que expressasse o não conformismo e a insatisfação política no Brasil. Nessa linguagem, o sujeito da reforma política é a multidão, não os políticos. Pela multiplicidade, que é própria da multidão, convergem diferentes posições ideológicas num mesmo enunciado, sem produzir uma síntese, porém operando sobre as contradições da noção de povo.

4.2 O complemento do enunciado: acordou do quê? Acordou para quê?

Ao olhar o dicionário (AULETE, 2007), podemos compreender como o verbo acordar se constrói em uma sentença: a) Interromper o sono (de) ou recuperar os sentidos; (acordar de um pesadelo); b) Dar ânimo, entusiasmo a quem estava apático, indiferente (As vaias acordaram o time da apatia); c) Entrar em acordo; ajustar; concordar (Depois de ouvir os argumentos, concordaram); d) Fazer ficar em acordo; conciliar; harmonizar (acordar interesses diferentes); e) Fazer lembrar, recordar; (trazer à memória algo).

Inscrevem-se na unidade equívoca do enunciado “O povo acordou!” as diferentes significações para o verbo acordar. Na ausência de complementos na estrutura sintática do enunciado¹³, eles se preenchem pelo viés da história, com o trabalho da ideologia na produção de sentidos: a) o fim de um sono político em que a

¹³ A possibilidade do verbo adquirir significação intransitiva, produzindo uma circularidade ou efeito de autorreferência (o acordar do povo não precisa de complementos) não se atualiza no acontecimento. O acordar de junho parece deslizar em seus sentidos justamente pelas incompletudes e lacunas da língua e da história.

população estava, mas que agora desperta; b) e também ânimo, movendo-se da apatia e da indiferença para o entusiasmo; c) há acordo de que a corrupção precisa ser combatida e que o país precisa mudar – embora não haja acordo sob o caráter dessas coisas; d) conciliam-se interesses diferentes no acontecimento sem que com isso se apaguem as diferenças; e) traz à memória do Brasil, do povo brasileiro, como nação grande, gigante pela própria natureza, como nos primeiros projetos de formação da literatura brasileira. “Os brasileiros acordaram contra a corrupção” é uma paráfrase possível do enunciado “O povo acordou!”, no prolongamento do acontecimento.

Ser contra a corrupção: um complemento para o verbo acordar. No entanto, isso também não escapa ao equívoco. A corrupção pode aparecer como a possibilidade de se obter vantagens de formas ilícitas, seja na esfera política ou nas demais relações sociais; como indicador de uma falha de caráter, remetendo ao jogo dos valores morais em uma dada sociedade; como argumento retórico, sendo usada de forma acusatória contra um determinado grupo ou alguém – com ou sem ausência de provas –, ou ainda como um mecanismo estruturante de uma forma de se fazer política, que precisa ser combatido, desmantelado.

Há seis anos o equívoco da fórmula trabalha o cenário político brasileiro. Junho de 2013 ora é associado pelos setores de direita como algo de esquerda, ora pelos setores de esquerda como algo de direita. Com isso, nega-se a particularidade desse acontecimento: o fato dele não ser um movimento sindical, partidário ou filiado a um conservadorismo político, o que vai de encontro com manifestações que ocorreram após a polarização advinda das corridas presidenciais em 2014 e 2018 e da crise político-econômica que se agravou em 2015-2018 – com o impeachment da Presidente Dilma Rousseff e os escalados de corrupção que envolveram o seu sucessor, Michel Temer.

Considerações finais: o que restou de junho?

É importante que os protestos de junho de 2013 não sejam entendidos simplesmente como uma reação à política petista¹⁴, tampouco como a ascensão de

¹⁴ Embora se possa estabelecer, por exemplo, uma correlação entre junho de 2013 e o impeachment de Dilma Rousseff em agosto de 2016 – em conjunto com o enfraquecimento da imagem do Partido dos

forças conservadoras, porém como uma insatisfação popular contra a forma com que a política se organiza e funciona no Brasil e, sobretudo, uma urgência por mudança política. Perder isso de vista, afirma Pinto Neto (2015), implica em despotencializar as manifestações que animaram alguns milhões de brasileiros, tomando-os como politicamente alienados. As reivindicações que se inscrevem em junho, marcam um ponto de transição geracional, que atravessa o próprio espectro da divisão direita/esquerda, sendo uma resposta ao patrimonialismo que, historicamente, beneficia as oligarquias econômicas do país:

O ponto central é que os movimentos sinalizam, antes de tudo, uma transição geracional que atravessa a própria cisão entre direita e esquerda e, mesmo adotando a linguagem "anticorrupção" que muitas vezes é associada ao "moralismo" ou até "lacerdismo" no Brasil, é uma resposta contra o patrimonialismo que percorre a cultura política brasileira, forjada a partir de uma geração de novos atores pós-Constituição de 1988 que rejeitam em bloco todo sistema (PINTO NETO, 2015, p. 117).

Pelo o que precede, cabe perguntar se o acontecimento aqui evocado não se dissolve nos eventos do Brasil pós-junho, seja por sua denegação ou por um esquecimento que tende a diluí-lo em meio ao colapso político em curso. Cumpre estabelecer um gesto de leitura que não seja uma celebração de junho, tomando-o como um passado idílico, nem tampouco subestimar suas implicações para a política brasileira atual. O equívoco – enquanto marca de resistência que afeta a regularidade da língua – e a multiplicidade – em seu caráter afirmativo e intenso – que se inscrevem no acontecimento produzem o efeito de rompimento com o discurso da dominação: o povo se converte em multidão. Apesar disso, como ressalta Pêcheux (2010), mesmo um acontecimento discursivo sendo desencadeador de um processo de significação, condição de possibilidade para uma nova discursividade, sua inscrição na memória é frágil, sob o risco de escapar a essa inscrição assim como ser absorvido por ela, como se não tivesse ocorrido.

Trabalhadores como o grande representante dos movimentos sociais e das lutas justiça social –, atribuir uma relação de causa e efeito entre esses dois eventos seria perder de vista a multiplicidade que se inscreve nos acontecimentos de junho, sua auto-organização, seu caráter contingente e inacabado (AVELAR, 2017).

Diante disso, impõe-se a questão: o que restou de junho? A leitura que estabelecemos é que junho nos deixa um legado: o de uma força constitutiva em torno da qual os movimentos contraditórios de nossa história recente tiveram lugar, isto é, um espaço de reivindicações foi aberto e tornou possível emergir uma nova discursividade, única e múltipla, singular e polifônica (AVELAR, 2017). Junho marca um discurso de resistência, e o seu legado não cessa de produzir efeitos. As resistências, como bem mostrou Pêcheux (1990), são o núcleo de rebeldia contra o discurso da dominação, formando sentidos no interior do sem-sentido:

As resistências: não entender ou entender errado; não 'escutar' as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; descolar as regras da sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... E assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido no interior do sem-sentido (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

O irrealizado, o inexistente irrompe em junho: o questionamento da ordem estabelecida pelo patrimonialismo no Brasil e a resistência da multidão a ser reduzida à massa de manobra, assujeitada aos mandos e desmandos do poder e do Estado. Na tentativa de contenção dessa revolta, as forças contrárias à junho de 2013 se manifestaram ao menos de duas formas: pela forte repressão do aparelho estatal e jurídico às mobilizações que se seguiram em 2014 nos protestos contra a Copa do Mundo e pelo discurso da polarização política, que ganhou força nas eleições de outubro de 2014. Este último, nutrindo-se das forças liberadas pela multidão, constitui-se num movimento contrário a ela, tomando o contorno, nos anos seguintes, da divisão do debate político entre esquerda *versus* antipetismo – fenômeno que se caracteriza pela defesa de que se deve estar ou ao lado da esquerda, aderindo-se aos seus respectivos valores políticos e culturais, ou ao lado do antipetismo, que tem como sua principal marca uma oposição radical ao PT, associando-o como principal agenciador da corrupção no país¹⁵. Nada mais contrário ao espírito que animou às ruas

¹⁵ Essa caracterização do fenômeno da polarização que ganhou curso no Brasil é mais bem desenvolvida por Gallego, Ortellado e Moretto (2017). Os autores demonstram como a polarização decorre do fenômeno das guerras culturais, isto é, os discursos que têm como pauta temas morais, tais como aborto,

em 2013. Algo saiu do controle naqueles dias. É justamente isso que o discurso da dominação não pode aceitar e que ele tende a silenciar. Entre o esquecimento e a resistência, junho de 2013 permanece como um legado em disputa.

REFERÊNCIAS

AULETE, Caldas. **Dicionário Caldas Aulete de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

AVELAR, Idelber. Os levantes de junho de 2013 e o esgotamento do pacto lulista: sobre antagonismo, contradição e oximoro. **Lugar Comum**. Rio de Janeiro, n. 50, p. 127-147 jun./set. 2017. Disponível em: <uninomade.net/wp-content/files_mf/1505064895Revista%20Lugar%20Comum%20n.º%2050%20-%20completa.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 33 de 2011**. Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0664DCB14F8FE2AC458F68D7F19C23C5.node2?codteor=876817&filename=PEC+33/2011>. Acesso em: 23 nov. 2017.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição nº 37 de 2011**. Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=969478&filename=PEC+37/2011>. Acesso em: 23 nov. 2017.

_____. **Projeto de Decreto Legislativo nº 234 de 2011**. Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=881210>. Acesso em: 23 nov. 2017.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**. Vol. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

ESTADÃO. Chegou a hora do basta. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-do-basta-imp-1041814>. Acesso em: 30 out. 2017.

_____. Manifestações foram realizadas em 388 cidades. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-foram-realizadas-em-388-cidades,1045216>. Acesso em: 27 nov. 2017.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. **ORGANON**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 189-200, jul./dez. 2003.

homossexualidade, legalização das drogas e maior rigidez do sistema penal, subordinando as questões de ordem econômica e sociais à uma perspectiva punitiva, e que ganham cena no debate público, seja dentro ou fora da imprensa.

Disponível em: <seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30023/18619>. Acesso em: 02 jun. 2017.

GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma da previdência. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 35-45, ago. 2017. Disponível em: <opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/7.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2017.

INDURSKY, Fedra. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, p. 77-91.

LOCATELLI, Piero. Em São Paulo, vinagre dá cadeia. **Carta Capital**, São Paulo, 14 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/em-sao-paulo-vinagre-da-cadeia-4469.html>>. Acesso em: 30 out. 2017.

NEGRI, Antônio. Para uma definição ontológica da Multidão. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 19-20, p.15-26, jan./jun. 2004. Disponível em: <uninomade.net/wp-content/files_mf/113103120455output19-20.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Antônio Negri: é a multidão que comanda a história. **Gauchazh**, Porto Alegre, 8 jun. 2014. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/06/Antonio-Negri-E-a-multidao-que-comanda-a-historia-4520222.html>>. Acesso em: 24 out. 2017.

OGLOBO. **O Brasil foi às ruas em junho de 2013**. 15 mai. 2014. Disponível em: <acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-brasil-foi-as-ruas-em-junho-de-2013-12500090>. Acesso em: 22 jun. 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Piere et al. (Orgs.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes Editores, 2010, p. 59-71.

ORTELLADO, Pablo. Dois anos depois: afinal, era por vinte centavos? **El País**. 16 jan. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/15/opinion/1421362752_961392.html>. Acesso em: 27 nov. 2017.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.19, p. 7-24, jul./dez. 1990. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>>. Acesso em: 11 out. 2017.

- _____. **Discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 1997.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, Piere et al. (Orgs.). **Papel da memória.** Campinas: Pontes Editores, 2010, p. 49-69.
- _____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.
- _____. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2016, p. 151-161.
- _____. As massas populares são um objeto inanimado? In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux: Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2016, p. 251-273.
- PINTO NETO, Moysés. Juventude em Chamas: pessimismo, organização e utopia. **Lugar Comum.** Rio de Janeiro, v. 45, p. 117-137, mai./dez. 2015. Disponível em: <uninomade.net/wp-content/files_mf/1450825152RevistaLugarComumn.º452015.2.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- UOL NOTÍCIAS. **“O povo acordou!” Veja alguns dos bordões no protesto em São Paulo.** São Paulo, 18 jun. 2013. Acesso em: 20 jun. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/18/manifestantes-gritam-palavras-de-ordem-pela-paz-e-contra-a-pm-em-sp.htm>>.

.....

Artigo submetido em: 23/06/2018
 Artigo aceito em: 19/05/2019

SOUZA, Mailson Fernandes Cabral de. O povo se converte em multidão: as jornadas de junho de 2013 e seus efeitos de sentido. **Revista DisSoL – Discurso, Sociedade e Linguagem.**, Pouso Alegre (MG), ano 5, nº 9, jan-jun/2019, - ISSN 2359-2192. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí. pp. 111-132. Disponível em: <http://revistadissol.univas.edu.br> DOI: <http://dx.doi.org/10.35501/dissol.voi9.420>